

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Aos 13 dias do mês de janeiro de 2025, às 14h06min, reuniram-se para a primeira reunião da Diretoria Executiva do ano de 2025: Daniel, Diretor Presidente; Anelisa, Diretora de Administração; Tatiane, Diretora de Benefícios; Patricia, Diretora de Contabilidade Interina; e Evelyn, Diretora de Finanças e Arrecadação.

Iniciando a reunião, foram definidas as datas de pagamento dos benefícios para o ano de 2025, ficando estabelecidas as seguintes datas: 31/01, 28/02, 31/03, 30/04, 30/05, 30/06, 31/07, 29/08, 30/09, 31/10, 28/11, 29/12, 1ª parcela 13º - 10/07 e 2ª parcela 13º - 12/12. O Diretor-Presidente sugeriu que, neste ano, as reuniões sejam realizadas de forma bimestral, em vez de mensais. Os membros da diretoria concordaram, e ficaram estabelecidas as seguintes datas: 24/03, 26/05, 28/07, 26/09 e 24/11. Patrícia comentou sobre o atraso no envio do relatório com os valores das bases e remunerações dos servidores, já foi enviado ofício solicitando o relatório e não foi respondido até o momento, questionado o servidor da prefeitura sobre o atraso foi justificado que é devido a IPM. As contribuições já foram pagas, porém os relatórios não foram enviados, e dependemos desses relatórios para fazer a conferência, fechamento e cálculo da taxa de administração para 2025. Patrícia informou que preencheu a receita na planilha da avaliação atuarial, está aguardando os gastos com pessoal da Prefeitura e no IPREM faltando apenas a anulação de empenho, referente a diferença de centavos do INSS, essas informações são necessárias para o envio das Provisões Matemáticas, pelo atuário, informou que precisa dessas informações até o dia 17/01, pois a virada está agendada com a IPM para o dia 22/01. Anelisa informou que o certificado do Pró-Gestão vence em janeiro de 2025, e devemos passar por auditoria antes do vencimento. Por isso, neste ano, tudo relacionado ao Pró-Gestão deve ser entregue dentro do prazo. Será encaminhado o link do relatório de governança de 2024 e, conforme o fechamento do ano, cada departamento deve preencher sua parte. Como o fechamento contábil ocorre em março, a Audiência Pública para apresentação do relatório de governança será em abril. Patrícia perguntou sobre o valor da taxa do Pró-Gestão, (20% em cima do valor da taxa de administração) Daniel disse que com a alteração no cálculo da taxa de administração, o valor aumentou, com isso não será necessário utilizar os 20%. Patrícia disse que o elemento de despesa é o mesmo, porém a ação é diferente, se não houver separação dos recursos, será necessário alterar a dotação nos contratos. Foram chamadas as servidoras Larissa e Vitória para esclarecer as dúvidas levantadas. Larissa respondeu que Daniel já havia feito o questionamento e fez algumas pesquisas, chegando a conclusão de que é possível, conforme artigo 136 da Lei 14.133/2021. Vitória disse que precisa verificar, pois ficou sabendo agora sobre a intenção de não usar a taxa do pró-gestão. Foi chamada a Controladora Interna, Sonia, para participar da reunião, para tratar do Pró-Gestão. Quanto ao planejamento estratégico, Anelisa disse que vai formatar a planilha de 2024 com uma coluna para cada departamento fazer o preenchimento do status no encerramento do ano. Quanto ao planejamento de 2025, fará a formatação da planilha, conforme já foi preenchido. Anelisa comentou que o preenchimento do acompanhamento mensal da planilha é inviável e Daniel sugeriu que o preenchimento seja feito nas reuniões bimestrais da Diretoria Executiva. Quanto aos manuais, há necessidade de atualização do manual de finanças e de benefícios, apenas se houver alteração em algum procedimento. Quanto ao Relatório de Diligências, Evelyn disse que não conseguiu finalizar, está com uma demanda muito alta de trabalho e precisa urgente de uma pessoa para ajudá-la. Quanto ao cadastramento da Prefeitura, se a auditoria fosse hoje, não conseguiríamos a renovação da certificação, pois a Prefeitura não atingiu a taxa mínima de 80% de êxito no cadastramento. Daniel solicitou que seja encaminhado um ofício ao Secretário de Gestão de

Pessoas, cobrando o recadastramento de 2025. Quanto à certificação dos conselheiros e membros do comitê, foi decidido que será disponibilizado o curso preparatório da Abcprev para os membros dos conselhos, e será feito o processo de aquisição de vouchers para certificação. Após isso, será estipulado um prazo para a apresentação do certificado. O Comitê de Investimentos prevê a certificação prévia, e nenhum membro do Conselho Fiscal possui certificação. Após a eleição do presidente do conselho, será estipulado um prazo para que seja apresentada a certificação. Daniel perguntou a Evelyn sobre a situação das contribuições na FAC. Ela respondeu que, na última conversa com Aline Monteiro, foi enviado um e-mail para a FAC solicitando verificações e alterações relacionadas a inconsistências na importação dos dados quando o servidor possui mais de uma matrícula. A verificação está em 2022, mas é necessário que chegue até 2018.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h25min. Foi lavrada por mim, Anelisa, a presente ata, assinada por todos os servidores presentes.

